



Prefeitura Municipal de Candói
Processo Digital: 591/2026
Assunto: Estudo Técnico Preliminar
Identificador: 0000591-27-2026-3-00-0000-00
Situação Geral do Processo: Tramitando (Assumido)

Pág. 1/6



Abertura de Processo Digital

Por: Luciara Barbosa do Setor SAP-SAAP em 2026-02-10T16:35:45

Proposta nº 049540/2025

A aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas está diretamente relacionada ao fortalecimento do desenvolvimento rural no município de Candói, constituindo um elemento estratégico para a modernização das atividades produtivas no campo. A presente solicitação de máquinas representam melhorar condição técnicas agrícolas mais eficientes e sustentáveis, as quais demandam equipamentos apropriados para sua correta implementação, garantindo maior produtividade, precisão operacional e redução de custos.

Ademais, a melhoria das condições de produção agrícola promove impactos positivos ao longo de toda a cadeia produtiva local, contribuindo para o aumento da competitividade, da renda dos produtores e da segurança alimentar. Essa iniciativa está alinhada às políticas públicas de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável, integrando-se às ações e programas promovidos em âmbito municipal e estadual, em consonância com as diretrizes de fortalecimento da economia rural e de uso racional dos recursos naturais.

Luciara Barbosa

Agente Administrativo

Recebimento

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T08:25:29

Recebimento Setor: Estudo Técnico Preliminar - ETP (SADM)

Despacho 1

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T08:26:21

Luciara Barbosa

Agente Administrativo

Juntada de Documentos

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T08:26:21

Anexos 1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR plantadeira e trator proposta 049540 - 2025.pdf (Dajb.BUMB.ahi4)



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 591 /2026.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Trata-se de estudo técnico preliminar a fim de subsidiar a Administração Pública Municipal, quanto a melhor maneira de se adquirir Equipamentos Agrícola para as Associações para atender uma demanda destas as quais tem carência em equipamentos. Este estudo está amparado pela Lei nº 603/2005 que dispõe sobre a Política Agrícola Municipal. Proposta nº 049540/2025.

2. ÁREA REQUISITANTE

Órgão requisitante	Responsável
Secretaria de Agricultura e Pecuária	Jonilson Antônio Araújo

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Município de Candói possui perfil econômico predominantemente vinculado à atividade agropecuária, caracterizado pela expressiva presença de pequenas e médias propriedades rurais. Atualmente, cerca de 1.500 famílias da agricultura familiar encontram-se organizadas em aproximadamente 50 associações de agricultores, distribuídas em todo o território municipal, as quais dependem, em grande medida, do apoio do Poder Público para viabilizar a mecanização das atividades agrícolas.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de aquisição de um trator agrícola e de uma plantadeira, com o objetivo de ampliar a infraestrutura pública de apoio ao setor agropecuário. Tal medida visa reduzir a dependência de serviços terceirizados, otimizar a aplicação dos recursos públicos, proporcionar melhores condições de trabalho aos agricultores e elevar o nível tecnológico da agricultura local. Ademais, a



iniciativa contribui para o fortalecimento do setor agrário como um todo, promovendo a dinamização de outros segmentos da economia municipal, aumentando a produção e a produtividade agropecuária, além da elevação da renda e da geração de emprego no meio rural, bem como a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras.

A aquisição dos referidos equipamentos encontra-se alinhada às políticas públicas municipais voltadas ao fortalecimento da agricultura e ao desenvolvimento rural sustentável, bem como às diretrizes de programas estaduais e federais de incentivo à mecanização agrícola. Trata-se, portanto, de uma ação que atende ao interesse público, promovendo eficiência administrativa, economicidade e relevante impacto socioeconômico positivo no âmbito municipal.

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Agricultura, por meio do presente Estudo Técnico Preliminar, tem por finalidade identificar a solução mais adequada e vantajosa para suprir a demanda apresentada, visando à melhoria das condições de trabalho dos agricultores e ao fortalecimento da agricultura familiar no Município de Candói.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Foram pesquisados contratações anteriores no município de Candói e as formas de contratações realizadas pelos mesmos, buscando à solução mais viável para o problema demonstrado neste estudo.

Quadro 01 - Contratação anterior do município de Candói:

OBJETO	PREGÃO	VALOR EQUIPAMENTOS
Aquisição de 02 tratores agrícolas destinados à Secretaria de Agricultura e Pecuária, com recursos do Ministério da Agricultura e Pecuária e contrapartida municipal provenientes do Convênio SPOA/SE/MAPA nº 957606/2024 - TRANSFEREGOV.BR nº 006493/2024	Pregão eletrônico nº 90078/2025	R\$ 270.600,00





Trator agrícola de rodas, com GPS, motor a diesel de potência mínima de 75 cv, de acordo com ISO/NBR 1585, com tração 4x4, no mínimo 8 marchas à frente e 4 à ré, direção hidrostática, hidráulico traseiro, tomada de força independente, freio de estacionamento mecânico, válvula força de controle remoto de dupla ação, comando duplo, equipado com capota e arco de segurança, piscas dianteiros e traseiros, 2 retrovisores, peso dianteiro de no mínimo 200 kg e traseiro de no mínimo 100 kg em cada roda, equipado com terceiro ponto, acompanhado de caixa de guardar ferramentas contendo jogo de chaves combinado até 32 completo e engraxadeira, equipado com GPS.	Pregão eletrônico nº 023/2024 Processo licitatório nº 870/2024	R\$ 155.500,00
Plantadeira com 7 linhas, espaçamento entre linhas e 45cm, caixa de polietileno dosador de adubo fertisy stem de 1"n a 2" , sulcador para adubo com desarme e rearme automático, disco desencontrado para adubo e semente.- distribuição semente mecânica disco de corte de 18" linha de sementes pantográficas e adubo pivotante com disco desencontrado. - roda compactadora excêntrica oscilante – roda limitadora de profundidade articulada e com abertura de ângulo, -roda compactadora em v e revestida de borracha com abertura de ângulo, - pneu 700x16 -10 lonas, - capacidade do reservatório de sementes no mínimo 45 litros.	Contrato nº 098/2024 Pregão eletrônico nº 053/2024 Processo licitatório nº 1.984/2024	R\$ 105.000,00





<ul style="list-style-type: none">- capacidade do reservatório de adubo no mínimo 1000 litros.- dosador de sementes com disco alveolado.- peso mínimo plantadeira de 2700 kg.- sistema com regulagem de distribuição de sementes em 1 metro linear acima de 58 regulagem.- regulagem de profundidade de sementes acima de 12 regulagem.- regulagem de sistema de cobertura de sementes e remoção de bolças de ar acima de 4 regulagens de deslocamento horizontal das rodas com buchas excêntricas.- desarme automático.- catraca para desligamento de seção em plantadeira		
--	--	--

Quadro 02 – Análise de contratações similares de outros entes públicos e empresas

DESCRIÇÃO	ENTE PÚBLICO/PRIVADO	TIPO DE PROCESSO	VALOR EQUIPAMENTOS
Trator agrícola novo – (zero horas) - ano 2024/2025 • motor diesel 4 cilindros turbo intercooler com potência mínima 75 cv, • marchas ré mínimo 2 un, quantidade marchas frente mínimo 6 un, • tração 4x4, • tipo direção: hidráulica/hidrostática, • freio a disco em banho a óleo, • tomada de força independente e sincronizada com a roda, bomba hidráulica com vazão mínima de	Município de Cantagalo - PR	Pregão eletrônico 38/2025	Valor máximo R\$ 259.333,33 Homologado R\$ 189.000,00





44,5 l/mm, • tanque de combustível mínimo de 118 litros, • pneus traseiros com no mínimo 18.4x30 com 8 lonas e dianteiros 12,4x24 com 6 lonas, • com capota e toldo/roops, • com sistema de levantamento hidráulico mínimo 3.600 kg, • 6 pesos dianteiro de 45 kg cada e 3 pesos traseiros de cada lado de 45 kg cada, 3 • características adicionais: caixa de ferramenta; chave d, cabinado, com ar condicionado. • sistema elétrico: completo com faróis de serviço e sinalética completa, • cabine agrícola modelo rops, com limpador dianteiro, com esguicho, com cortina solar, com radio USB, tomada USB e banco auxiliar. • garantia: mínima de 12 meses, sem limite de horas.			
Trator agrícola novo, com pneus a partir dos seguintes tamanhos: dianteiro 12.4-24 r1 e traseiros 18.4-30 r1, nacional, novo de fábrica, zero hora, ano de fabricação mínimo 2025, com as seguintes características: motor diesel 3 ou 4 cilindros, potência mínima de 75 cv, tração 4x4, sistema hidráulico: capacidade de vazão na bomba: mínimo de 44.5	Prefeitura de Tijucas do Sul - PR	Pregão Eletrônico 2/2026	Valor de referência: R\$ 299.000,00





<p>l/min, implementos, categoria ii válvulas de controle remoto centro aberto: 1 ou 2, capacidade de levantar no olhal: 3.600 kg, capacidade de levantar a 610mm do olhal: 2.200 kg, direção: tipo/sistema: hidrostática/independente, bomba hidráulica engrenagem: 28 l/min. Sistema elétrico: alternador- cab./plat: 120^a.h/85 a.h, bateria: 12v cab. E plat.:100 a.h, motor de partida: 3.0 kw tomada de força: atuação/acionamento: mecânica/independente, acionamento eletro-hidráulico: 540/540e standard, eixo 13/8?? 6 estrias, tdf sincronizada com roda: standard. Freios: tipo: disco de banho de óleo, acionamento independente: hidráulico, freio de estacionamento manual e independente. Conforto do operador: cabinado/plataformado, ar condicionado cabinado: standard. Pneus novos: garantir a mínima do equipamento de 12 meses. Assistência técnica e peças nacionais em distância até 120 km do município.</p>			
<p>Trator agrícola novo, zero uso, fabricação mínima ano 2025, de no mínimo 75 cv, tração 4x4, com no mínimo 4 cilindros.</p>	<p>Município de Nossa Senhora das Graças - PR</p>	<p>Pregão eletrônico nº 14/2025 Processo</p>	<p>R\$ 239.823,75</p>





		administrativo nº 41/2025	
Trator agrícola com as seguintes características mínimas: novo (zero horas), ano/modelo 2025 ou superior, com motor a diesel de no mínimo 75 cv motor do mesmo fabricante ou do mesmo grupo econômico, com cabine fechada e ar condicionado, mínimo 3 cilindros, turbo, bomba injetora, transmissão mínima 12x4, tração mínimo 4x4, pesos dianteiros 6x25 kg (admitido variação de até 10% para mais ou para menos), pesos traseiros 6x50 kg admitido variação de até 10% para mais ou para menos, pneus dianteiros 12.4-24r1, pneus traseiros 18.430r1, marca de pneus conforme disponibilidade de fábrica, 2 válvulas de controle remoto, tomada de força mínimo 540 rpm, tanque de combustível, levante hidráulico, direção hidrostática, assento confortável, freios a disco em banho de óleo, painel de instrumentos com todos itens de fábrica, itens de segurança conforme normas de segurança; paralamas dianteiros, painel de instrumentos com todos os itens originais de fábrica, pisca alerta, lanternas de posição	Município de Araruna - PR	Pregão eletrônico 82/2025	R\$ 235.000,00





dianteiras e traseiras, retrovisores laterais, buzina, assento do operador com regulagens. Todas as características originais de fábrica, com no mínimo 12 meses de garantia.			
Aquisição de 01 (uma) plantadeira pantográfica nova, fabricação nacional, possuindo 07 (sete) linhas contendo regulagem de espaçamento que feche 45 cm e 50 cm entre linhas e chassis de no máximo 3,55 metros, eixo maciço no centro da máquina, cardam direto na transmissão da semente, peso no mínimo de 3250 kg, com disco de corte 18 polegadas, disco de adubo (15/17 polegadas) defasados, disco duplo de semente 15 polegadas, dosador de adubo, catraca elétrica de desligamento de meia máquina, com potência mínima requerida de 75 cv, linhas desencontradas de corte e adubo e semente, sistema pinheirinho de regulagem de adubo e semente, caixa extra na semente e pipoqueira pneus novos com no mínimo 10 lonas e de acordo com as exigências do equipamento, capacidade de semente por linha de no mínimo de 90 litros por	Município de Marmeleiro - PR	Edital de Pregão nº 026/2022 Processo administrativo nº 037/2022 Modalidade: pregão eletrônico	R\$ 194.000,00





linha, rodado duplo com 4 pneus, capacidade de adubo de no mínimo 960 litros em polietileno, com regulagem de nivelamento da máquina, regulador de profundidade articulado sem a presença de graxeiros (blindado). No geral possuindo todo o conjunto para realizar o plantio eficaz das culturas de soja, milho, trigo.			
Plantadeira 7 linhas plantio direto especificações php arrasto 7/7e450 spt ci s/mh dc csi sig v dac s- 0816 7/ tamanho do chassi 2880 7e450 – 7 linhas com escapamento de 450 mm ci – condutor de inox s /mh – sem marcador hidráulico dc 16 – disco de corte 16 csi – caixa de semente individual sig v- sistema semente sigma versão 1 dac – dosador de adubo convencional	Município de Califórnia - pr	Pregão eletrônico 35/2025	Valor máximo R\$ 139.384,00 Valor homologado R\$ 98.000,00
Plantadeira de 7 linhas, do tipo plantio direto, com espaçamento mínimo entre linhas de 45 cm, equipada com disco de corte e botinhas, levante realizado por cilindro hidráulico, reservatório de adubo com capacidade mínima de 800 kg e reservatório de sementes com capacidade mínima de 30 kg por linha, deverá possuir sistema pantográfico nas	Município de Pitanga	Pregão eletrônico 69/2025 Processo 369/2025	R\$ 107.582,00





linhas de sementes que garanta bom acompanhamento nas variações da topografia do solo, pneus de rodado agrícola, com dimensões adequadas ao peso e à largura da plantadeira, pintura e acabamento resistente à corrosão, ferrugem e intempéries. Garantia mínima de 12 (doze) meses.

A partir da análise de mercado realizada, verificou-se que não há alternativas viáveis para suprir a demanda, senão a aquisição da plantadeira e trator por meio da Proposta nº 049540/2025.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Os equipamentos em questão foram a melhor escolha diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores.
- 5.2. Para a solução desta demanda necessita-se que empresa forneça os implementos agrícolas, em tempo hábil de boa qualidade e compatíveis com a descrição.
- 5.3. Deverá ser feito a entrega técnica do implemento designado pela administração através da Secretaria de Agricultura e Pecuária. A Contratada deve cumprir os requisitos de habilitação exigidos na Lei nº 14.133/2021.
- 5.4. Poderão participar todos os interessados que estejam regularmente constituídos como pessoas jurídicas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto ora pretendido, sendo que os participantes devem satisfazer todas as exigências, especificações e normas contidas no edital e seus anexos.





- 5.5. Contratada deverá apresentara ficha técnica desses equipamentos, junto com a proposta, para que a Contratante possa verificar se as especificações técnicas são as exigidas no Termo de Referência.
- 5.6. A Contratada deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constará as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia bem como de manuais, certificados e toda documentação técnica obrigatória;
- 5.7. A entrega deverá ser realizada em horário de expediente da Prefeitura Municipal, na sede do Município de Candói/PR, no Setor de Gerenciamento de Materiais e Logística – localizado na Avenida XV de Novembro, 1635, ou em outros locais que poderão ser solicitados pelo referido Setor;
- 5.8. Todas as despesas com o carregamento, transporte, descarregamento, entrega e montagem (quando necessário) ocorrerão por conta da empresa contratada;
- 5.9. A Contratada deverá fornecer prazo de garantia igual ou superior a 01 (um) ano, sem custo adicional ao município, emitida pelo fabricante contra eventuais defeitos de fabricação;
- 5.10. A Contratada responsabilizar-se-á pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.11. A Contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.12. Deverá a contratante avaliar se o item entregue contém as devidas especificações acordadas em contrato; A constatação de inadequação técnica, divergência de especificações ou entrega incompleta implicará recusa imediata do objeto até total regularização, sem obrigação de pagamento por parte do contratante.
- 5.13. O pagamento à empresa contratada só será realizado após o recebimento definitivo dos itens, que deverão estar em conformidade com as especificações.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição por meio de processo de licitação de plantadeira agrícola e trator, novos, de primeiro uso, destinada ao atendimento das





demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, visando fortalecer a mecanização agrícola e apoiar os agricultores familiares do Município.

A plantadeira será utilizada para a implantação de culturas agrícolas, garantindo maior eficiência no processo de plantio, padronização da distribuição de sementes, melhor aproveitamento dos insumos e redução do tempo operacional no preparo e plantio das lavouras. O trator será utilizado tanto no plantio, no preparo do solo, na colheita e na produção de silagem, tecnificando a produção.

Dessa forma, a solução apresentada atende às necessidades do Município, promovendo o desenvolvimento rural sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar e o aumento da capacidade produtiva local, alinhando-se às políticas públicas de incentivo à produção agrícola e à geração de renda no meio rural.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1 Foram estimadas as quantidades para atender as associações as quais atende os pequenos agricultores.

Quadro 3 Estimativa de Quantidade

DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$ (orçamento 01)	VALOR UNITÁRIO R\$ (orçamento 02)	VALOR UNITÁRIO R\$ (orçamento 03)	Valor Total R\$(calculado feito a partir da média)
Trator agrícola de rodas, de potência mínima de 75CV, com tração 4 x 4, 2 retrovisores, equipado com capota e arco de segurança, direção	UN	01	252.000,00	260.000,00	247.000,00	253.000,00





hidrostática.						
Plantadeira com 7 linhas, Capacidade do reservatório de sementes no mínimo 45 litros, sulcador para adubo com desarme e rearme automático, Dosador de sementes com disco alveolado, Capacidade do reservatório de adubo no mínimo 1000 litros.	UN	01	213.000,00	216.500,00	208.000,00	212.500,00
					Total geral média:	R\$ 465.500,00

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado para uma futura e eventual aquisição de Equipamentos Agrícolas é de aproximadamente R\$ 465.500,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais). Ressalto que o valor da plantadeira e trator foi considerado o valor que esta na Proposta 049540/2025.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

9.1. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes. Sendo assim, considerando que o objeto é divisível, e que tal ação não acarretará em prejuízo a sua execução, a solução deverá ser preferencialmente parcelada.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES





10.1. Os equipamentos a serem adquiridos não terão a necessidade de contratações correlatas e interdependentes.

11. REFERÊNCIA AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

11.1. A solicitação ora pretendida consta no Plano de Contratação Anual.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Os materiais em estudo serão utilizados somente pela Secretaria de Agricultura e Pecuária, em atendimento a lei de políticas agrícolas, lei municipal nº 603/2005, trazendo benefícios a todos os agricultores e pecuaristas organizados em associações do Município. Pois, além de proporcionar uniformidade durante o plantio com a disponibilidade de equipamentos nas suas comunidades, será permitido o plantio dentro da época recomendada no zoneamento agrícola do cultivar, os custos de plantio serão menores para pequeno agricultor pelo o fato de não precisar contratar implementos agrícolas terceirizados. Dessa forma estaremos oportunizando equidade entre o pequeno e médio produtor. Permitindo a melhoria da qualidade de vida e maior rentabilidade agrícola. Além disso, as máquinas agrícolas também podem melhorar as condições de trabalho dos produtores rurais, tornando as tarefas agrícolas mais eficientes e menos exaustivas, facilitando todas as etapas da produção agrícola.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

13.1. Por se tratar de equipamento agrícola, plantadeira e trator, o impacto será pequeno, pois será em área onde já é destinada ao plantio.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita, mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária.

(X) SIM. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

() NÃO. Retornar ao departamento técnico/operacional requisitante para a revisão do pedido.





APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições legais.

Candói, 04 de fevereiro de 2026.

➤ Assinado digitalmente pelo Secretário Sr. Jonilson Antônio Araújo, responsável pelo órgão requisitante Secretaria de Agricultura e Pecuária.





Prefeitura Municipal de Candói
Processo Digital: 591/2026
Assunto: Estudo Técnico Preliminar
Identificador: 0000591-27-2026-3-00-0000-00
Situação Geral do Processo: Tramitando (Assumido)

Pág. 2/6



Solicitação de Assinatura

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T08:26:21

solicitou a assinatura de documentos.

- Jonilson Antônio Araújo 1 assinado. Última ação em: 12/02/2026 09:19

Recebimento

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T08:26:29

Recebimento Setor: Estudo Técnico Preliminar - ETP (SADM)

Despacho 2

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T09:09:24

Luciara Barbosa

Agente Administrativo

Juntada de Documentos

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T09:09:24

Anexos 1

Solicitação trator e plantadeira.pdf (Nje8.0L0S.zOSL)



Município de Candói
Solicitação 66/2026

Equiplano

Página:1

Solicitação		Emitted em	Quantidade de itens
Número	Tipo		
66	Aquisição de Material	10/02/2026	2
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
98584-8	JONILSON ANTONIO ARAUJO	0/2026	
Local			
104	FOMENTO Á AGRICULTURA		
Órgão			
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA		
Forma de pagamento			
Descrição		Tipo	
		Depósito bancário	
Entrega			
Local		Prazo	
		Dias	

Justificativa:

A aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas está diretamente relacionada ao fortalecimento do desenvolvimento rural no município de Candói, constituindo um elemento estratégico para a modernização das atividades produtivas no campo. A presente solicitação de máquinas representam melhorar condição técnicas agrícolas mais eficientes e sustentáveis, as quais demandam equipamentos apropriados para sua correta implementação, garantindo maior produtividade, precisão operacional e redução de custos.

Ademais, a melhoria das condições de produção agrícola promove impactos positivos ao longo de toda a cadeia produtiva local, contribuindo para o aumento da competitividade, da renda dos produtores e da segurança alimentar. Essa iniciativa está alinhada às políticas públicas de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável, integrando-se às ações e programas promovidos em âmbito municipal e estadual, em consonância com as diretrizes de fortalecimento da economia rural e de uso racional dos recursos naturais.

Lote					
001 Lote 001					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
003694	TRATOR AGRICOLA SOBRE RODAS(NOVO) COM NO MINIMO 75 CVC TRAÇÃO 4X4 SISTEMA HIDRAULICO DE 3 PONTOS, TRANSMISSÃO SINCRONIZADA, COM CAIXA DE CAMBIO COM 12 MARCHAS A FRENTE E 4 Á RÉ, COM TETO E CINTO DE SEGURANÇA TOMADA DE POTENCIA TIPO INDEPENDENTE ,PESOS DIANTEIROS DE NO MINIMO 210 KG E TRASEIROS DE NO MINIMO 200 KG CONTROLE REMOTO COM 01 VALVULA DE DUPLA AÇÃO PNEUS DIANTEIROS 12,4,24 R1,PNEU TRASEIRO 18,4,30R1, PESO MÍNIMO DE EMBARQUE LASTREADO 4,150KG.	UN	1,00	0,00	0,00
042865	Plantadeira com 7 linhas, espaçamento entre linhas de 45cm, Caixa de polietileno dosador de adubo fertisy stem de 1" a 2" , sulcador para adubo com desarme e rearme automático, disco desencontrado para adubo e semente. - Distribuição semente mecânica disco de corte de 18" linha de sementes pantográf icas e adubo piv otante com disco desencontrado. - Roda compactadora excêntrica oscilante - Roda limitadora de prof undidade articulada e com abertura de ângulo, -Roda compactadora em V e revestida de borracha com abertura de ângulo, - Pneu 700x16 -10 lonas, - Capacidade do reservatório de sementes no mínimo 45 litros. - Capacidade do reservatório de adubo no mínimo 1000 litros. - Dosador de sementes com disco alveolado. - Peso mínimo plantadeira de 2700 kg. - Sistema com regulagem de destribuição de sementes em 1 metro linear acima de 58 regulagem. - regulagem de profundidade de sementes acima de 12 regulagem. - Regulagem de sistema de cobertura de sementes e remocao de bolças de ar acima de 4 regulagens de deslocamento horizontal das rodas com buchas excêntricas. - Desarme automático. - Catraca para desligamento de seção em plantadeira	UN	1,00	0,00	0,00
TOTAL					0,00



Município de Candói

Solicitação 66/2026

Equiplano

Página:2

TOTAL GERAL	0,00
-------------	------

Documento assinado digitalmente em 12/02/2026 09:14:09
Acesse o endereço: <https://sl.gov.br.cloud/wfPug> para
verificar a autenticidade.





Prefeitura Municipal de Candói
Processo Digital: 591/2026
Assunto: Estudo Técnico Preliminar
Identificador: 0000591-27-2026-3-00-0000-00
Situação Geral do Processo: Tramitando (Assumido)

Pág. 3/6



Solicitação de Assinatura

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T09:09:25

solicitou a assinatura de documentos.

- Jonilson Antônio Araújo 1 assinado. Última ação em: 12/02/2026 09:14

Recebimento

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T09:09:31

Recebimento Setor: Estudo Técnico Preliminar - ETP (SADM)

Relacionamento com Memorando 169/2026 (0000169-22-2026-3-00-0000-00), do Assunto Memorando

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T09:13:26

Relacionamento com Memorando 169/2026 (0000169-22-2026-3-00-0000-00), do Assunto Memorando



Prefeitura Municipal de Candói
Memorando: 169/2026
Assunto: Memorando
Identificador: 0000169-22-2026-3-00-0000-00
Situação Geral do Processo: Tramitando

Pág. 1/2



► **Abertura de Memorando**

Por: George José Rosa do Setor SGO em 2026-02-03T11:41:26

Prezados(as),

Informamos que o Termo de Referência referente à Proposta nº 049540/2025 – Aquisição de equipamentos agrícolas encontra-se aprovado, de modo que o Município já pode dar andamento às providências internas e iniciar o processo licitatório, visando a contratação e posterior aquisição dos itens previstos no plano.

Conforme extrato do instrumento, o valor global é de R\$ 478.050,00, sendo R\$ 477.500,00 de repasse e R\$ 550,00 de contrapartida municipal.

Atenção (ponto essencial): orientamos que, mesmo após a conclusão da licitação e formalização do contrato/ata, não seja emitida Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento (nem autorizada entrega/execução) antes de:

1. ocorrer o desembolso/crédito do repasse na conta específica do instrumento; e
2. o Município realizar o aporte da contrapartida financeira.

Em anexo, segue o Termo de Referência pactuado.

Esse cuidado é necessário para manter a regularidade do fluxo de execução financeira e evitar inconsistências no acompanhamento e nos registros do processo.

Atenciosamente,

George José Rosa

Secretário de Governo

Portaria 009/2026

🔗 **Apresentação Inicial de Documentos**

Por: George José Rosa em 2026-02-03T11:41:27

Anexos 1

6 - Termo de Referência.pdf (i1mX.v2OA.QEFR)



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

1.1 TÍTULO DO PROJETO:

Aquisição de Equipamentos Agrícolas.

1.2 OBJETO:

Trator agrícola de rodas, de potência mínima de 75CV, com tração 4 x 4, 2 retrovisores, equipado com capota e arco de segurança, direção hidrostática.

Plantadeira com 7 linhas, Capacidade do reservatório de sementes no mínimo 45 litros, sulcador para adubo com

desarme e rearme automático, Dosador de sementes com disco alveolado, Capacidade do reservatório de adubo no mínimo 1000 litros.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

A aquisição de equipamentos agrícolas, consistindo em Trator e Plantadeira, configura-se como ação estratégica para fortalecer a capacidade operacional das políticas de apoio à produção rural no município de Candói/PR. O território municipal possui perfil predominantemente agropecuário, com expressiva presença de pequenas e médias propriedades que dependem de mecanização adequada para elevar produtividade, reduzir perdas e otimizar o preparo e o manejo das áreas cultivadas. Nesse cenário, os equipamentos propostos representam insumo essencial para ampliar a eficiência das atividades de preparo de solo, plantio e suporte operacional às demandas dos produtores locais. A iniciativa apresenta aderência técnica e finalística aos programas federais de fomento ao desenvolvimento agropecuário, assegurando alinhamento às diretrizes de fortalecimento da infraestrutura rural e atendimento às premissas de economicidade e efetividade. A justificativa para a aquisição fundamenta-se na necessidade de ampliar a disponibilidade de maquinário agrícola, reduzir custos com serviços terceirizados, garantir resposta ágil às demandas produtivas e gerar impacto socioeconômico direto na cadeia agrícola local. O investimento promove ganho operacional, modernização das práticas produtivas e melhoria significativa das condições de trabalho e competitividade dos agricultores de Candói/PR.

1.4 OBJETIVOS:

Fortalecer a infraestrutura agrícola do município de Candói/PR mediante a aquisição de um Trator e uma Plantadeira, com a finalidade de ampliar a capacidade operacional das ações de apoio aos produtores rurais, modernizar o processo de preparo do solo e plantio, otimizar o uso de recursos públicos e reduzir dependências de serviços terceirizados. A iniciativa busca elevar a eficiência das práticas produtivas, aumentar a produtividade das culturas locais, garantir atendimento ágil às demandas das propriedades rurais e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do setor agropecuário, assegurando maior competitividade, sustentabilidade e melhoria das condições de trabalho no meio rural.

1.5 BENEFICIÁRIOS:

Os beneficiários diretos deste projeto serão os produtores rurais atendidos pelo programa municipal de apoio à agricultura em Candói/PR, município com 14.973 habitantes (IBGE 2022)



e forte predominância de atividades agropecuárias, especialmente em pequenas e médias propriedades. O público direto contempla os agricultores que dependem de mecanização para as etapas de preparo do solo, plantio e manejo inicial das culturas, incluindo um contingente significativo de agricultores familiares que não dispõem de maquinário próprio e recorrem aos serviços públicos de apoio. Os beneficiários indiretos abrangem uma parcela considerável da população rural, além de cooperativas, associações de produtores, comerciantes de insumos e demais agentes da cadeia produtiva. O impacto indireto também alcança famílias das comunidades rurais e atores econômicos que se beneficiam do aumento da eficiência produtiva e do fortalecimento da economia agrícola local.

1.6 LOCALIZAÇÃO:

serão alocados nas áreas rurais do município de Candói/PR, atendendo diretamente as comunidades e propriedades que integram o território agrícola local. As atividades serão executadas nos pontos de demanda identificados pelos produtores, abrangendo áreas destinadas ao preparo de solo, plantio e demais operações vinculadas às práticas produtivas rurais. A utilização ocorrerá conforme programação operacional definida pelo setor responsável, garantindo atendimento organizado, transparência no uso do maquinário e suporte adequado ao desenvolvimento agropecuário municipal.

1.7 PARCEIROS:

Citar, se houver, parceiros para a execução do projeto. Por exemplo: Associações, Cooperativas, SEBRAE, etc. Além disso, explicar o que o parceiro irá fazer.

2. PRODUTOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 AQUISIÇÃO DE BENS/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

a) Aquisição de Equipamentos/Materiais permanentes

Equipamentos / Materiais Permanentes						
Especificação Técnica	Quantidade	VALOR UNITÁRIO R\$ (orçamento 01)	VALOR UNITÁRIO R\$ (orçamento 02)	VALOR UNITÁRIO R\$ (orçamento 03)	VALOR Unitário R\$ (média)	Valor Total R\$(calculado feito a partir da média)
Trator agrícola de rodas, de potência mínima de 75CV, com tração 4 x 4, 2 retrovisores, equipado com capota e arco de segurança, direção hidrostática.	01	252.000,00	260.000,00	247.000,00	253.000,00	253.000,00
Plantadeira com 7 linhas, Capacidade do reservatório de sementes no mínimo 45 litros, sulcador para adubo com desarme e rearme automático, Dosador de sementes com disco alveolado, Capacidade do reservatório de adubo no mínimo 1000 litros.	01	213.000,00	216.500,00	208.000,00	212.500,00	212.500,00
					Total geral média:	R\$ 465.500,00



2.2 PRÉ-REQUISITOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

A aceitação dos equipamentos será condicionada ao atendimento integral das especificações técnicas previstas no processo de aquisição, incluindo apresentação de Prazo de Garantia igual ou superior a 01 (um) ano, sem custo adicional ao município. A entrega deverá ocorrer no local definido pela administração municipal, com os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manuais, certificados, notas fiscais e toda documentação técnica obrigatória. Os bens deverão apresentar integridade física, desempenho operacional pleno e estar aptos ao uso imediato nas áreas rurais do município. Qualquer inadequação técnica, divergência em relação às especificações, falhas de funcionamento ou descumprimento das condições estabelecidas implicará na recusa do objeto, sem geração de obrigação de pagamento até a completa regularização pelo fornecedor, cabendo à equipe técnica municipal a verificação e emissão do parecer conclusivo sobre a aceitação.

2.3 DEVERES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE E SANÇÕES

O contratado deverá entregar os equipamentos conforme as especificações definidas no processo de compra, dentro do prazo estabelecido, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de documentação técnica, manuais, certificados, garantia e nota fiscal. Caberá ao contratado assegurar a integridade física dos bens, prestar esclarecimentos técnicos quando solicitado e corrigir, sem ônus ao município, quaisquer irregularidades ou falhas identificadas no ato do recebimento. O contratante deverá disponibilizar local adequado para entrega, realizar conferência técnica dos equipamentos, verificar conformidade com as especificações e formalizar o recebimento apenas após confirmação de pleno funcionamento. As sanções aplicáveis ao contratado, em caso de descumprimento das obrigações, incluem advertência, multa proporcional ao dano ou atraso, suspensão temporária de contratar com a administração pública e demais penalidades previstas na legislação vigente, aplicadas de forma objetiva e conforme a gravidade da infração. A constatação de inadequação técnica, divergência de especificações ou entrega incompleta implicará recusa imediata do objeto até total regularização, sem obrigação de pagamento por parte do contratante.

3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

3.1 METODOLOGIA DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Pregão eletrônico tipo menor preço.

3.2 PRAZO DE EXECUÇÃO

Período de vigência do projeto.

24 meses, a contar da data de publicação do termo de convênio no D.O.U.

RESULTADOS ESPERADOS

GERENCIAMENTO DO PROJETO

3.3 RESPONSÁVEL PELO PROJETO

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3611-1111 | Processo Digital 591/2026 | Anexo: 0000169-22-2026-3-00-0000-00 (4/6) 24/56



Nome do responsável; Luciara Aparecida Barbosa

Função; Agente Administrativo

Órgão; Secretaria de Agricultura e Pecuária

Endereço; Avenida Newton Marcondes, 2982, bairro Cacique – Cep. 85.140-000

Telefone; (42) 9 8883-0847

E-mail. agricultura@candoi.pr.gov.br

Nome da responsável substituta; Caroline Bordignou da Rosa

Função; Secretária de Agricultura e Pecuária

Órgão; Secretaria de Agricultura e Pecuária

Endereço; Avenida Newton Marcondes, 2982, bairro Cacique – Cep. 85.140-000

Telefone; (42) 9 8814-4435

E-mail. agricultura@candoi.pr.gov.br

3.4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO

O monitoramento e a avaliação da execução do projeto serão conduzidos pela Secretaria de Agricultura e Pecuária, mediante acompanhamento sistemático das etapas operacionais previstas no Cronograma Físico, na documentação comprobatória e nos registros administrativos vinculados à execução do Convênio. O processo de monitoramento abrangerá a verificação do cumprimento das fases de aquisição, entrega, conferência técnica dos equipamentos e posterior disponibilização dos bens para uso nas atividades rurais do município, assegurando que todas as ações estejam alinhadas às especificações aprovadas e às diretrizes normativas vigentes.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1 QUADRO DE VALORES E FONTES

FONTE	VALORES		
	INVESTIMENTO	CUSTEIO	TOTAL
Repasse Concedente	R\$ 477.500,00		R\$ 477.500,00
Contrapartida Conveniente	R\$ 550,00		R\$ 550,00
Valor Global	R\$ 478.050,00		R\$ 478.050,00

Candói/PR, 17 de novembro de 2025.

Aldoino Goldoni Filho
Prefeito Municipal

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3611-1234 | Processo Digital 591/2026 | Anexo: 0000169-22-2026-3-00-0000-00 (5/6) 25/56



Prefeitura Municipal de Candói
Memorando: 169/2026
Assunto: Memorando
Identificador: 0000169-22-2026-3-00-0000-00
Situação Geral do Processo: Tramitando

Pág. 2/2



Recebimento

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-04T14:27:05

Recebimento Setor: Setor Administrativo / Agricultura e Pecuária (SAP)

Despacho 1

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-04T14:27:24

Luciara Barbosa

Agente Administrativo

Relacionamento com Processo Digital 591/2026 (0000591-27-2026-3-00-0000-00), do Assunto Estudo Técnico Preliminar

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T09:13:26

Relacionamento com Processo Digital 591/2026 (0000591-27-2026-3-00-0000-00), do Assunto Estudo Técnico Preliminar



Prefeitura Municipal de Candói
Processo Digital: 591/2026
Assunto: Estudo Técnico Preliminar
Identificador: 0000591-27-2026-3-00-0000-00
Situação Geral do Processo: Tramitando (Assumido)

Pág. 4/6



Despacho 3

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T09:15:16

Luciara Barbosa

Agente Administrativo

Juntada de Documentos

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T09:15:16

Anexos 1

Termo Referência trator plantadeira.pdf (Epme.1fka.PBiO)



TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

1.1 TÍTULO DO PROJETO:

Aquisição de Equipamentos Agrícolas.

1.2 OBJETO:

Trator agrícola de rodas, de potência mínima de 75CV, com tração 4 x 4, 2 retrovisores, equipado com capota e arco de segurança, direção hidrostática.

Plantadeira com 7 linhas, Capacidade do reservatório de sementes no mínimo 45 litros, sulcador para adubo com desarme e rearme automático, Dosador de sementes com disco alveolado, Capacidade do reservatório de adubo no mínimo 1000 litros.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA:

A aquisição de equipamentos agrícolas, consistindo em Trator e Plantadeira, configura-se como ação estratégica para fortalecer a capacidade operacional das políticas de apoio à produção rural no município de Candói/PR. O território municipal possui perfil predominantemente agropecuário, com expressiva presença de pequenas e médias propriedades que dependem de mecanização adequada para elevar produtividade, reduzir perdas e otimizar o preparo e o manejo das áreas cultivadas. Nesse cenário, os equipamentos propostos representam insumo essencial para ampliar a eficiência das atividades de preparo de solo, plantio e suporte operacional às demandas dos produtores locais. A iniciativa apresenta aderência técnica e finalística aos programas federais de fomento ao desenvolvimento agropecuário, assegurando alinhamento às diretrizes de fortalecimento da infraestrutura rural e atendimento às premissas de economicidade e efetividade. A justificativa para a aquisição fundamenta-se na necessidade de ampliar a disponibilidade de maquinário agrícola, reduzir custos com serviços terceirizados, garantir resposta ágil às demandas produtivas e gerar impacto socioeconômico direto na cadeia agrícola local. O investimento promove ganho operacional, modernização das práticas produtivas e melhoria significativa das condições de trabalho e competitividade dos agricultores de Candói/PR.

1.4 OBJETIVOS:

Fortalecer a infraestrutura agrícola do município de Candói/PR mediante a aquisição de um Trator e uma Plantadeira, com a finalidade de ampliar a capacidade operacional das ações de apoio aos produtores rurais, modernizar o processo de preparo do solo e plantio, otimizar o uso de recursos públicos e reduzir dependências de serviços terceirizados. A iniciativa busca elevar a eficiência das práticas produtivas, aumentar a produtividade das culturas locais, garantir atendimento ágil às demandas das propriedades rurais e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do setor agropecuário, assegurando maior competitividade, sustentabilidade e melhoria das condições de trabalho no meio rural.

1.5 BENEFICIÁRIOS:

Os beneficiários diretos deste projeto serão os produtores rurais atendidos pelo programa municipal de apoio à agricultura em Candói/PR, município com 14.973 habitantes (IBGE 2022)



e forte predominância de atividades agropecuárias, especialmente em pequenas e médias propriedades. O público direto contempla os agricultores que dependem de mecanização para as etapas de preparo do solo, plantio e manejo inicial das culturas, incluindo um contingente significativo de agricultores familiares que não dispõem de maquinário próprio e recorrem aos serviços públicos de apoio. Os beneficiários indiretos abrangem uma parcela considerável da população rural, além de cooperativas, associações de produtores, comerciantes de insumos e demais agentes da cadeia produtiva. O impacto indireto também alcança famílias das comunidades rurais e atores econômicos que se beneficiam do aumento da eficiência produtiva e do fortalecimento da economia agrícola local.

1.6 LOCALIZAÇÃO:

serão alocados nas áreas rurais do município de Candói/PR, atendendo diretamente as comunidades e propriedades que integram o território agrícola local. As atividades serão executadas nos pontos de demanda identificados pelos produtores, abrangendo áreas destinadas ao preparo de solo, plantio e demais operações vinculadas às práticas produtivas rurais. A utilização ocorrerá conforme programação operacional definida pelo setor responsável, garantindo atendimento organizado, transparência no uso do maquinário e suporte adequado ao desenvolvimento agropecuário municipal.

1.7 PARCEIROS:

Citar, se houver, parceiros para a execução do projeto. Por exemplo: Associações, Cooperativas, SEBRAE, etc. Além disso, explicar o que o parceiro irá fazer.

2. PRODUTOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 AQUISIÇÃO DE BENS/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

a) Aquisição de Equipamentos/Materiais permanentes

Equipamentos / Materiais Permanentes						
Especificação Técnica	Quantidade	VALOR UNITÁRIO R\$ (orçamento 01)	VALOR UNITÁRIO R\$ (orçamento 02)	VALOR UNITÁRIO R\$ (orçamento 03)	VALOR Unitário R\$ (média)	Valor Total R\$(calculado a partir da média)
Trator agrícola de rodas, de potência mínima de 75CV, com tração 4 x 4, 2 retrovisores, equipado com capota e arco de segurança, direção hidrostática.	01	252.000,00	260.000,00	247.000,00	253.000,00	253.000,00
Plantadeira com 7 linhas, Capacidade do reservatório de sementes no mínimo 45 litros, sulcador para adubo com desarme e rearme automático, Dosador de sementes com disco alveolado, Capacidade do reservatório de adubo no mínimo 1000 litros.	01	213.000,00	216.500,00	208.000,00	212.500,00	212.500,00
					Total geral média:	R\$ 465.500,00



2.2 PRÉ-REQUISITOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

A aceitação dos equipamentos será condicionada ao atendimento integral das especificações técnicas previstas no processo de aquisição, incluindo apresentação de Prazo de Garantia igual ou superior a 01 (um) ano, sem custo adicional ao município. A entrega deverá ocorrer no local definido pela administração municipal, com os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manuais, certificados, notas fiscais e toda documentação técnica obrigatória. Os bens deverão apresentar integridade física, desempenho operacional pleno e estar aptos ao uso imediato nas áreas rurais do município. Qualquer inadequação técnica, divergência em relação às especificações, falhas de funcionamento ou descumprimento das condições estabelecidas implicará na recusa do objeto, sem geração de obrigação de pagamento até a completa regularização pelo fornecedor, cabendo à equipe técnica municipal a verificação e emissão do parecer conclusivo sobre a aceitação.

2.3 DEVERES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE E SANÇÕES

O contratado deverá entregar os equipamentos conforme as especificações definidas no processo de compra, dentro do prazo estabelecido, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de documentação técnica, manuais, certificados, garantia e nota fiscal. Caberá ao contratado assegurar a integridade física dos bens, prestar esclarecimentos técnicos quando solicitado e corrigir, sem ônus ao município, quaisquer irregularidades ou falhas identificadas no ato do recebimento. O contratante deverá disponibilizar local adequado para entrega, realizar conferência técnica dos equipamentos, verificar conformidade com as especificações e formalizar o recebimento apenas após confirmação de pleno funcionamento. As sanções aplicáveis ao contratado, em caso de descumprimento das obrigações, incluem advertência, multa proporcional ao dano ou atraso, suspensão temporária de contratar com a administração pública e demais penalidades previstas na legislação vigente, aplicadas de forma objetiva e conforme a gravidade da infração. A constatação de inadequação técnica, divergência de especificações ou entrega incompleta implicará recusa imediata do objeto até total regularização, sem obrigação de pagamento por parte do contratante.

3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

3.1 METODOLOGIA DE SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Pregão eletrônico tipo menor preço.

3.2 PRAZO DE EXECUÇÃO

Período de vigência do projeto.

24 meses, a contar da data de publicação do termo de convênio no D.O.U.

RESULTADOS ESPERADOS

GERENCIAMENTO DO PROJETO

3.3 RESPONSÁVEL PELO PROJETO

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3638-8000 - E-mail: contabilidade@cantoi.pr.gov.br

Processo Digital 591/2026 | Anexo: (Epme.1fka.PBiO) (3/4) 30/56



Nome do responsável; Luciara Aparecida Barbosa

Função; Agente Administrativo

Órgão; Secretaria de Agricultura e Pecuária

Endereço; Avenida Newton Marcondes, 2982, bairro Cacique – Cep. 85.140-000

Telefone; (42) 9 8883-0847

E-mail. agricultura@candoi.pr.gov.br

Nome da responsável substituta; Caroline Bordinou da Rosa

Função; Secretária de Agricultura e Pecuária

Órgão; Secretaria de Agricultura e Pecuária

Endereço; Avenida Newton Marcondes, 2982, bairro Cacique – Cep. 85.140-000

Telefone; (42) 9 8814-4435

E-mail. agricultura@candoi.pr.gov.br

3.4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO

O monitoramento e a avaliação da execução do projeto serão conduzidos pela Secretaria de Agricultura e Pecuária, mediante acompanhamento sistemático das etapas operacionais previstas no Cronograma Físico, na documentação comprobatória e nos registros administrativos vinculados à execução do Convênio. O processo de monitoramento abrangerá a verificação do cumprimento das fases de aquisição, entrega, conferência técnica dos equipamentos e posterior disponibilização dos bens para uso nas atividades rurais do município, assegurando que todas as ações estejam alinhadas às especificações aprovadas e às diretrizes normativas vigentes.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1 QUADRO DE VALORES E FONTES

FONTE	VALORES		
	INVESTIMENTO	CUSTEIO	TOTAL
Repasse Concedente	R\$ 477.500,00		R\$ 477.500,00
Contrapartida Conveniente	R\$ 550,00		R\$ 550,00
Valor Global	R\$ 478.050,00		R\$ 478.050,00

Candói/PR, 17 de novembro de 2025.

**ALDOINO
GOLDONI
FILHO:5339
6120906**

Assinado de forma
digital por ALDOINO
GOLDONI
FILHO:53396120906
Dados: 2025.11.17
15:15:05 -03'00'

Aldoino Goldoni Filho
Prefeito Municipal

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3638-8000 - E-mail: contato@candoi.pr.gov.br

Processo Digital 591/2026 | Anexo: (Epme.1fka.PBiO) (4/4) 31/56



Prefeitura Municipal de Candói
Processo Digital: 591/2026
Assunto: Estudo Técnico Preliminar
Identificador: 0000591-27-2026-3-00-0000-00
Situação Geral do Processo: Tramitando (Assumido)

Pág. 5/6



Recebimento

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T14:49:14

Recebimento Setor: Estudo Técnico Preliminar - ETP (SADM)

Despacho 4

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T14:49:43

Luciara Barbosa

Agente Administrativo

Juntada de Documentos

Por: Luciara Barbosa em 2026-02-11T14:49:43

Anexos 1

document (11).pdf (U8Nd.lkf1.nJ4M)



Prefeitura Municipal de Candói

Termo de Abertura de Processo Digital

Pág. 1

Nesta data, procedo à abertura de processo digital, nos seguintes termos:

Processo: nº 169/2026

Data/hora abertura: 03/02/2026 11:41:26

Requerente: George José Rosa

Onde Está:

Assunto: Memorando

Prezados(as),

Informamos que o Termo de Referência referente à Proposta nº 049540/2025 – Aquisição de equipamentos agrícolas encontra-se aprovado, de modo que o Município já pode dar andamento às providências internas e iniciar o processo licitatório, visando a contratação e posterior aquisição dos itens previstos no plano.

Conforme extrato do instrumento, o valor global é de R\$ 478.050,00, sendo R\$ 477.500,00 de repasse e R\$ 550,00 de contrapartida municipal.

Atenção (ponto essencial): orientamos que, mesmo após a conclusão da licitação e formalização do contrato/ata, não seja emitida Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento (nem autorizada entrega/execução) antes de:

1. ocorrer o desembolso/crédito do repasse na conta específica do instrumento; e
2. o Município realizar o aporte da contrapartida financeira.

Em anexo, segue o Termo de Referência pactuado.

Esse cuidado é necessário para manter a regularidade do fluxo de execução financeira e evitar inconsistências no acompanhamento e nos registros do processo.

Atenciosamente,

George José Rosa

Secretário de Governo

Portaria 009/2026

Situação: Tramitando

Prazo Estimado Total (SLA):28/02/2026 11:40:00

Chave Processo: 0000169-22-2026-3-00-0000-00



Prefeitura Municipal de Candói
Processo Digital: 591/2026
Assunto: Estudo Técnico Preliminar
Identificador: 0000591-27-2026-3-00-0000-00
Situação Geral do Processo: Tramitando (Assumido)

Pág. 6/6



Assinatura de Documento

Por: Jonilson Antônio Araújo em 2026-02-12T09:14:10

assinou documento.

Assinatura realizada no documento:

- Solicitação trator e plantadeira

Referente a solicitação de assinatura solicitada criada em 11/02/2026 09:09.

Assinatura de Documento

Por: Jonilson Antônio Araújo em 2026-02-12T09:19:10

assinou documento.

Assinatura realizada no documento:

- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR plantadeira e trator proposta 049540 - 2025

Referente a solicitação de assinatura solicitada criada em 11/02/2026 08:26.

Recebimento

Por: Lucimara Pinheiro da Silva em 2026-02-12T13:48:27

Recebimento Setor: Estudo Técnico Preliminar - ETP (SADM)

Juntada de Documentos

Por: Lucimara Pinheiro da Silva em 2026-02-12T13:54:17

Anexos 2

Termo de Convêno - 984143 (1).pdf (WQwY.Y1Sk.iRZh)

ExtratoProposta (63) (1).pdf (kVu2.rS6T.km6R)



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Esplanada dos Ministérios - Bloco E - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70067-901 - Brasília - DF - www.mdr.gov.br

CONVÊNIO

CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº 984143/2025 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E O MUNICÍPIO DE CANDÓI/PR, COM A FINALIDADE DE AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

A **UNIÃO**, por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.353.358/0001-96, com sede na Esplanada dos Ministérios, bloco E, 8º andar, Brasília/DF, CEP 70.067-901, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial DANIEL ALEX FORTUNATO, nomeado pela Portaria nº 263, de 07 de março de 2025, publicada no DOU, de 10 de março de 2025, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 2.800, de 11 de setembro de 2025, publicada no DOU, de 15 de setembro de 2025, Seção 1, portador da matrícula funcional nº 3325592, e o MUNICÍPIO DE CANDÓI/PR, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede no (a) AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 1761, EDIF PREFEITURA - CENTRO. Candói - PR. CEP: 85140-000, doravante denominado **CONVENENTE**, representado pelo Prefeito Municipal ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 533.***.***-06, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONVÊNIO DO REGIME SIMPLIFICADO**, com a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos, registrado no Transferegov.br, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 11.531, de 16 de maio de 2023, regulamentado pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 21 de maio de 2024, e, subsidiariamente, pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023, consoante o processo administrativo nº 59000.020126/2025-18 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto Aquisição de equipamentos agrícolas, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência, propostos pelo CONVENENTE e inseridos no Transferegov.br, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE e que não haja alteração do objeto, exceto para as situações tratadas no art. 44, III, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

I - DO CONCEDENTE:

- a) analisar as alterações propostas no plano de trabalho; e
- b) realizar a análise jurídica necessária à celebração dos instrumentos relacionados a este instrumento;

- c) emitir os empenhos necessários à execução deste instrumento;
- d) celebrar, caso seja de interesse, eventuais termos aditivos;
- e) transferir os recursos financeiros para o CONVENENTE, preferencialmente em parcela única;
- f) avaliar e aferir o cumprimento do objeto pactuado, em conformidade com as disposições do art. 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024;
- g) notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas ou se constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos quando da verificação da execução do objeto;
- h) adotar as medidas administrativas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção da regularização e do ressarcimento, em atenção ao disposto no art. 4º da Portaria nº 11.531, de 1º julho de 2021, da Controladoria-Geral da União - CGU;
- i) analisar a prestação de contas final apresentada pelo CONVENENTE;
- j) instaurar a Tomada de Contas Especial - TCE, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso;
- k) divulgar ao CONVENENTE os atos normativos e orientações relativas aos instrumentos; e
- l) exigir que o CONVENENTE disponibilize, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação, o detalhamento da aplicação dos recursos e as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, na forma do art. 43 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula única. Caberá a qualquer tempo, havendo indícios de irregularidades ou fraudes na execução do objeto, fundamentadamente, ao CONCEDENTE instaurar as medidas administrativas internas necessárias e/ou úteis para debelar a irregularidade ou fraude, inclusive, se for o caso, sustar pagamentos e representar aos órgãos de controle.

II - DO CONVENENTE:

- a) registrar no Transferegov.br suas propostas, planos de trabalho e pesquisas de preços, na forma e prazos estabelecidos pelo CONCEDENTE;
- b) definir por metas e etapas, a forma de execução do objeto;
- c) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços estabelecidos neste instrumento, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades;
- d) garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;
- e) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;
- f) incluir, em seus orçamentos anuais, dotação orçamentária referente aos recursos relativos a este instrumento;
- g) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- h) realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua inteira responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando:
 - i) a correção dos procedimentos legais;
 - ii) a suficiência do termo de referência;
 - iii) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais e de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e

iv) a utilização do PNCP previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando o conveniente for órgão ou entidade das administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

i) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade CONVENIENTE, ou registro no Transferegov.br que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações;

j) registrar no Transferegov.br, nos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, os pareceres técnico e jurídico que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos na legislação pertinente;

k) prever, no edital de licitação e no contrato administrativo de execução ou fornecimento - CTEF, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

l) registrar no Transferegov.br o processo licitatório, o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela administração pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição ativa no CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos;

m) inserir cláusula no CTEF destinado à execução do instrumento, para que a empresa contratada permita o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

n) inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada insira as informações e os documentos relativos à execução no Transferegov.br;

o) disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, conforme disposto no art. 43 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023;

p) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto, observando prazos e custos;

q) utilizar os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do Transferegov.br, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;

r) exercer, na qualidade de contratante, a gestão e fiscalização do CTEF;

s) realizar visitas regulares nos empreendimentos, e registrar no Transferegov.br as informações referentes às visitas realizadas;

t) determinar a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto;

u) estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do instrumento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por este investimento;

v) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes deste instrumento;

w) fornecer ao CONCEDENTE ou ao apoiador técnico, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

x) obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto dos instrumentos, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;

y) indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento de manifestações dos cidadãos relacionadas ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

z) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

aa) realizar no Transferegov.br os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca da TCE dos instrumentos, quando couber;

- bb) prestar esclarecimentos sempre que solicitado pelo CONCEDENTE;
- cc) aplicar os recursos recebidos por intermédio do Convênio exclusivamente para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira;
- dd) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, inclusive os resultantes de eventual aplicação financeira, bem como aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- ee) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante a União e respectivos órgãos de controle;
- ff) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio;
- gg) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou na gestão financeira do instrumento, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;
- hh) incluir regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024, mantendo-o atualizado;
- ii) permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- jj) prestar contas dos recursos transferidos;
- kk) observar os prazos estipulados para devolução dos recursos; e
- ll) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas final.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Para fins de execução deste Termo de convênio, os PARTÍCIPES obrigam-se a cumprir e manter-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/18 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

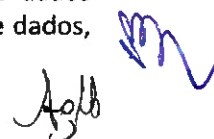
Subcláusula primeira. Em relação à LGPD, cada PARTÍCIPE será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

Subcláusula segunda. Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o PARTÍCIPE responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro PARTÍCIPE, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

- (i) a descrição dos dados pessoais envolvidos;
- (ii) a quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e
- (iii) quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.

Subcláusula terceira. Caso um dos PARTÍCIPES seja destinatário de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, o PARTÍCIPE notificado deverá, imediatamente, comunicar o outro PARTÍCIPE.

Subcláusula quarta. Os PARTÍCIPES se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o esgotamento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas do outro PARTÍCIPE, contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus arquivos e banco de dados,



podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo do PARTÍCIPE, mediante a anonimização dos dados.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de 33 (trinta e três) meses, contada a partir da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada, por solicitação do CONVENENTE, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

Subcláusula única. O CONCEDENTE prorrogará "de ofício" a vigência deste Termo de Convênio, antes de seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 478.050,00 (quatrocentos e setenta e oito mil cinquenta reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - R\$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil quinhentos reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, autorizado pela Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025, publicada em 10/04/2025 | Edição: 69-A | Seção: 1- Extra A | Página: 1, UG 530023, assegurados pela Nota de Empenho nº 2025NE001315, vinculada ao Programa de Trabalho nº 15.244.2317.00SX.0001, PTRES 236492, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 3129000000, Natureza da Despesa 444042;

II - R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), relativos à contrapartida do CONVENENTE, consignados na Lei Orçamentaria do MUNICIPIO DE CANDOI/PR.

Subcláusula primeira. Serão deduzidos do valor total a ser transferido ao ente ou à entidade beneficiária, quando se tratar de programação de que tratam os § 9º, § 11 e § 12 do art. 166 da Constituição Federal, até o limite de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento).

Subcláusula segunda. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE.

Subcláusula terceira. O CONVENENTE obriga-se a incluir em seu orçamento dotação orçamentária referente aos recursos relativos ao instrumento pactuado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRAPARTIDA

Compete ao CONVENENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE.

Subcláusula primeira. O aporte da contrapartida observará os percentuais e as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal vigente à época da celebração do instrumento.

Subcláusula segunda. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos não poderão ser computadas como contrapartida.

Subcláusula terceira. A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento, por meio da previsão orçamentária.

CLÁUSULA OITAVA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENENTE serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENENTE exclusivamente em instituição financeira oficial.

Subcláusula primeira. A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento pactuado e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENENTE.

Subcláusula segunda. A liberação da parcela única obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no instrumento e ficará condicionada:

I - à disponibilidade financeira do CONCEDENTE;

II - ao registro do processo licitatório pelo CONVENENTE no Transferegov; e

III - à comprovação do envio pelo CONVENENTE do instrumento de contrato ou outro instrumento hábil ao PNCP;

Subcláusula terceira. A movimentação financeira na conta corrente específica do instrumento deverá ocorrer no Transferegov.br, por meio da funcionalidade ordem de pagamento de parcerias - OPP, nos termos do art. 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula quarta. Os recursos deste Convênio serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Subcláusula quinta. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade prevista na celebração, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, salvo as hipóteses do § 4º do art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula sexta. A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula sétima. O CONVENENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto no §1º do art. 95 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica do convênio o resgate dos saldos remanescentes, inclusive os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, observadas a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, e providencie a devolução para a conta única da União, conforme previsto na alínea "a" do inciso VIII do art. 10 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024.

Subcláusula oitava. A liberação de recursos referente ao presente Convênio observará as limitações previstas na legislação eleitoral.

Subcláusula nona. O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

Subcláusula décima. Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação financeira, nas hipóteses previstas em lei, no Decreto nº 11.531, de 2023, ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

Subcláusula primeira. É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

III - realizar licitação em desacordo com o estabelecido no termo de referência;

IV - alterar o objeto do convênio, exceto para:

a) ampliação do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto; e

b) alteração do local de execução do objeto.

V - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

VI - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VII - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VIII - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

IX - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;

X - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

XI - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

XII - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais;

XIII - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas federais e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIV - subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo quando houver previsão expressa no plano de trabalho aprovado e não configurar descentralização total da execução; e

XV - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, sem justificativa do conveniente e autorização do CONCEDENTE.

Subcláusula segunda. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados no Transferegov.br e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENENTE, mediante sua justificativa e autorizado pelo CONCEDENTE, devendo ser registrado no Transferegov.br o beneficiário final da despesa:

I - questões operacionais que impeçam o pagamento por meio da emissão de OPP, excetuando-se falhas de planejamento;

II - na execução do objeto pelo CONVENENTE por regime direto; e

III - no ressarcimento ao CONVENENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida pactuada.

Subcláusula terceira. Antes da realização de cada pagamento, o CONVENENTE incluirá no Transferegov.br, no mínimo, as seguintes informações:

I - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

II - o contrato a que se refere o pagamento realizado; e

III - informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

Subcláusula quarta. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado pagamento à pessoa física que não possua conta bancária, restrito ao limite individual de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por beneficiário, levando-se em conta toda a duração do instrumento.



Subcláusula quinta. No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento da respectiva despesa far-se-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986, e do art. 79, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, observadas as seguintes condições:

I - esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;

II - o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTEF dos materiais ou equipamentos; e

III - o fornecedor ou o CONVENENTE apresentem uma carta fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, ou as demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as demais normas aplicáveis às contratações públicas.

Subcláusula primeira. Nos casos em que empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias participem como CONVENENTE, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.303, de 2016, quando da contratação de terceiros.

Subcláusula segunda. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo CONVENENTE após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido, o disposto no art. 5º, inciso XIV da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024, e art. 53 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula terceira. Excepcionalmente, quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, serviços comuns, em casos devidamente justificados pelo CONVENENTE e admitidos pelo CONCEDENTE, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no art. 54 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023:

a) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento;

b) licitação realizada antes da assinatura do instrumento; e

c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

Subcláusula quarta. Nos casos de que trata a Subcláusula terceira, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de convênio.

Subcláusula quinta. O CONVENENTE se compromete, quando da contratação de terceiros, a aderir a Ata de Registro de Preços vigente gerenciada pelo Poder Executivo Federal, caso seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e seja realizada prévia consulta ao fornecedor.

Subcláusula sexta. As competências do CONCEDENTE e do CONVENENTE dispostas nos artigos 4º e 5º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, de 2024, também deverão ser observadas quando da contratação com terceiros.

Subcláusula sétima. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

III - no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Subcláusula oitava. O CONVENENTE deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

Subcláusula nona. Nos casos em que a execução do objeto do Convênio, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parceria do CONVENENTE com entidade(s) privada(s) sem finalidade lucrativa, deverá ser observado o disposto no art. 45 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, e na legislação específica que rege a parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta de qualquer dos PARTÍCIPES.

Subcláusula primeira. A proposta, devidamente formalizada e justificada, deve ser apresentada ao CONCEDENTE em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

Subcláusula segunda. Excepcionalmente, poderão ser solicitadas alterações em prazo inferior, desde que sejam motivadas e em benefício da execução do objeto.

Subcláusula terceira. A análise da solicitação de alteração deverá ser realizada pelo CONCEDENTE, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto.

Subcláusula quarta. Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá o CONVENENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho.

Subcláusula quinta. No caso de ampliação de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO

O CONCEDENTE levará em consideração, no acompanhamento e na verificação do cumprimento do objeto pactuado, diante do marco de execução de 100% (cem por cento) do cronograma físico, a avaliação das informações e documentos inseridos no Transferegov.br.

Subcláusula primeira. É prerrogativa do CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, respondendo o CONVENENTE, em todo caso, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

Subcláusula segunda. Os processos, documentos ou informações referentes à execução deste instrumento não poderão ser sonegados aos servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como ao eventual apoiador técnico.

Subcláusula terceira. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula quarta. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do CONVENENTE devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro Nacional.

Subcláusula quinta. Nos casos de identificação de irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, CONCEDENTE e CONVENENTE observarão o disposto no art. 89 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula sexta. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades

praticadas pelo CONVENENTE, respondendo este pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

Subcláusula sétima. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, o conveniente dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará os Ministérios Público Federal e Estadual, bem como a Advocacia-Geral da União.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao CONVENENTE exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONVENENTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos, por meio do seu representante legal em exercício, nos prazos estabelecidos por este Convênio.

Subcláusula primeira. Compete ao representante legal da entidade privada sem fins lucrativos, prefeito e ao governador sucessor prestar contas dos recursos provenientes deste Convênio celebrado por seus antecessores.

Subcláusula segunda. Na impossibilidade de atender ao disposto na Subcláusula primeira, deverá ser apresentada, ao CONCEDENTE, justificativa que demonstre o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

Subcláusula terceira. Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo prefeito ou governador comunicará o CONCEDENTE e solicitará instauração de TCE, prestando todas as informações e documentos necessários.

Subcláusula quarta. Os documentos que contenham as justificativas e medidas adotadas serão inseridos no Transferegov.br.

Subcláusula quinta. Nos casos de que tratam as Subcláusulas segunda, terceira e quarta, o CONCEDENTE, ao ser comunicado das medidas adotadas e após avaliação, suspenderá de imediato o registro da inadimplência efetuado em decorrência da omissão de prestar contas.

Subcláusula sexta. A prestação de contas deverá ser registrada pelo CONCEDENTE no Transferegov.br, iniciando-se concomitantemente com a liberação dos recursos financeiros do Convênio.

Subcláusula sétima. A prestação de contas final deverá ser apresentada pelo CONVENENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados:

- I - do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;
- II - da denúncia; ou
- III - da rescisão.

Subcláusula oitava. Quando o CONVENENTE não enviar a prestação de contas no prazo de que trata a Subcláusula sétima, o CONCEDENTE o notificará, estabelecendo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

Subcláusula nona. Nos casos de descumprimento do prazo de que trata a Subcláusula oitava, o CONCEDENTE deverá:

- I - registrar a inadimplência do CONVENENTE no Transferegov.br, por omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos; e
- II - comunicar o CONVENENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda a devolução dos recursos repassados pela União, incluídos os provenientes de aplicações financeiras, corrigidos na forma da Subcláusula nona da Cláusula décima segunda.

Subcláusula décima. Quando não houver a devolução dos recursos no prazo de que trata o inciso II da Subcláusula nona, o CONCEDENTE adotará as providências para resgate dos saldos remanescentes,

observado o disposto na Subcláusula segunda da Cláusula Décima Quinta, e para a imediata instauração da TCE.

Subcláusula décima primeira. A prestação de contas final tem por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto, sendo compostos por:

I - documentos inseridos e informações registradas no Transferegov.br;

II - Relatório de Cumprimento do Objeto;

III - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

IV - recolhimento dos saldos remanescentes, quando houver;

V - apresentação da licença ambiental de operação, ou sua solicitação ao órgão ambiental competente, quando necessário; e

VI - termo de compromisso por meio do qual o CONVENIENTE será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos da alínea "II" do inciso II da Cláusula Terceira.

Subcláusula décima segunda. O Relatório de Cumprimento do Objeto deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do CONCEDENTE quanto à execução do objeto pactuado.

Subcláusula décima terceira. Em até 15 (quinze) dias, contados do envio da prestação de contas pelo CONVENIENTE, o CONCEDENTE deverá registrar o recebimento da prestação de contas no Transferegov.br, para fins de sensibilização nas contas contábeis do instrumento.

Subcláusula décima quarta. O prazo para análise da prestação de contas final e manifestação conclusiva pelo CONCEDENTE será de:

I - 60 (sessenta) dias, nos casos de procedimento informatizado, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado; ou

II - 180 (cento e oitenta) dias, nos casos de análise convencional, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

Subcláusula décima quinta. A contagem do prazo de que trata o inciso I da Subcláusula décima terceira terá início a partir da data de atribuição da nota de risco ao instrumento no Transferegov.br.

Subcláusula décima sexta. A contagem do prazo de que trata o inciso II da Subcláusula décima terceira dar-se-á a partir do envio da prestação de contas no Transferegov.br, e será suspensa quando houver a solicitação de complementação, sendo retomada quando do envio dos documentos ou informações complementares.

Subcláusula décima sétima. Constatadas impropriedades ou indícios de irregularidade, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para que o CONVENIENTE saneie as impropriedades ou apresente justificativas.

Subcláusula décima oitava. O CONCEDENTE notificará o CONVENIENTE caso as impropriedades ou indícios de irregularidade não sejam sanadas ou não sejam aceitas as justificativas apresentadas.

Subcláusula décima nona. A notificação prévia, prevista na Subcláusula décima oitava, será realizada por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia à respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, devendo ser incluída no Transferegov.br.

Subcláusula vigésima. Findo o prazo de que trata a Subcláusula décima quarta, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

Subcláusula vigésima primeira. O registro da inadimplência no Transferegov.br só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENIENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

Subcláusula vigésima segunda. Caberá ao CONCEDENTE notificar os titulares do INTEVENIENTE e da UNIDADE EXECUTORA de todas as decisões proferidas no contexto da análise e do julgamento da prestação de contas, facultando sua manifestação na mesma forma e condições concedidas ao CONVENIENTE.

Subcláusula vigésima terceira. A análise da prestação de contas final poderá ser realizada por:

I - procedimento informatizado, baseado na utilização de trilhas de auditoria e no cotejo entre a nota de risco dos instrumentos, apurada a partir de um modelo preditivo supervisionado, e o limite de tolerância ao risco da faixa de valor; ou

II - análise convencional, realizada de forma detalhada, sem a utilização do procedimento informatizado.

Subcláusula vigésima quarta. A análise convencional da prestação de contas final dar-se-á por meio da avaliação:

I - das informações e documentos de que trata a Subcláusula décima primeira;

II - da nota de risco do instrumento; e

III - quando houver, de relatórios, trilhas de auditorias, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo CONCEDENTE, Ministério Público ou pelos órgãos de controle interno e externo, durante as atividades regulares de suas funções.

Subcláusula vigésima quinta. O resultado da análise convencional da prestação de contas final será consubstanciado em parecer técnico conclusivo.

Subcláusula vigésima sexta. O parecer técnico conclusivo deverá sugerir a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas e embasará a decisão da autoridade competente.

Subcláusula vigésima sétima. A análise convencional da prestação de contas final pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição.

Subcláusula vigésima oitava. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas final compete:

I - ao CONCEDENTE; e

II - à autoridade competente para assinatura do instrumento, permitida delegação nos termos do § 2º do art. 38 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula vigésima nona. Nos casos de extinção do órgão ou entidade CONCEDENTE, o órgão ou entidade sucessor será o responsável pela decisão sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos.

Subcláusula trigésima. A rejeição da prestação de contas final dar-se-á em decorrência da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, especialmente nos casos de:

a) inexecução total ou parcial do objeto pactuado;

b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

c) impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições constantes deste Convênio ou da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

d) ausência de depósito da contrapartida;

e) não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver recolhimento proporcional aos aportes realizados;

f) movimentação e gestão dos recursos em desacordo com o disposto nos arts. 75 e 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

g) não devolução de eventuais saldos remanescentes, observada a proporcionalidade; e

h) ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento do cumprimento do objeto pactuado e da boa e regular aplicação dos recursos.

Subcláusula trigésima primeira. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas do instrumento deverá ser registrada no Transferegov.br, cabendo ao CONCEDENTE

prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Os saldos remanescentes, incluídos os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, serão restituídos à União e ao CONVENENTE, observada a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, independentemente da época em que foram depositados.

Subcláusula primeira. Caberá ao CONVENENTE, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da denúncia, da rescisão, da conclusão da execução do objeto ou do término da vigência, o que ocorrer primeiro:

I - devolver os saldos remanescentes proporcionais aos repasses da União para a Conta Única do Tesouro Nacional; e

II - transferir os saldos remanescentes proporcionais à contrapartida aportada para uma conta de livre movimentação de sua titularidade.

Subcláusula segunda. Nos casos de descumprimento do disposto na subcláusula primeira, o CONCEDENTE solicitará, à instituição financeira albergante da conta específica do instrumento, a imediata devolução dos saldos para a Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da subcláusula primeira.

Subcláusula terceira. Caso não tenha havido qualquer execução física ou financeira, deverão ser recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da subcláusula primeira, os recursos recebidos e os respectivos rendimentos de aplicação financeira, sem a incidência de atualização e juros de mora.

Subcláusula quarta. Quando houver a rejeição total ou parcial da prestação de contas final pelos motivos relacionados na subcláusula trigésima da cláusula décima quinta, o CONCEDENTE deverá notificar o CONVENENTE para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda à devolução dos recursos correspondentes ao valor rejeitado, devidamente corrigidos.

Subcláusula quinta. A não devolução dos recursos de que trata a subcláusula quarta ensejará o registro de impugnação das contas do Convênio no Transferegov.br e instauração da TCE.

Subcláusula sexta. O CONCEDENTE efetuará o registro do CONVENENTE em cadastros de inadimplência, nas seguintes hipóteses:

I - após o julgamento da Tomada de Contas Especial ou de procedimento análogo pelo Tribunal de Contas da União, nas hipóteses de rejeição total ou parcial da prestação de contas; ou

II - após a notificação do CONVENENTE e o decurso do prazo previsto na subcláusula oitava da cláusula décima quarta, nas hipóteses de omissão na apresentação da prestação de contas, independentemente de instauração ou de julgamento da Tomada de Contas Especial.

Subcláusula sétima. Após a rejeição total ou parcial das contas, o saldo referente à rejeição constará como impugnado e o CONVENENTE será cadastrado como inadimplente somente após o julgamento de que trata o inciso I da subcláusula sexta.

Subcláusula oitava. Na hipótese de aplicação de ato normativo do Tribunal de Contas da União que autoriza a dispensa da Tomada de Contas Especial, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance, como o registro da inadimplência do CONVENENTE no Transferegov.br e a inclusão nos cadastros de inadimplência, sem prejuízo de requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENENTE.

Subcláusula primeira. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

Subcláusula segunda. O CONVENENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao CONCEDENTE com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo estar claras as regras e diretrizes de utilização desses bens.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, vedada qualquer cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, desde que infrutíferas as medidas administrativas internas e observado o disposto na Subcláusula quarta;

III - extinto, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

Subcláusula primeira. O CONCEDENTE registrará no Transferegov.br e publicará no Diário Oficial da União a denúncia, rescisão ou extinção.

Subcláusula segunda. Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, o CONVENENTE deverá:

I - devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II - apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

Subcláusula terceira. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do registro da denúncia ou rescisão do instrumento no Transferegov.br, o CONCEDENTE providenciará o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

Subcláusula quarta. A rescisão decorrente do cometimento de fato que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, prevista no caput desta Cláusula, inciso II, alínea "c", deverá ocorrer depois da adoção das medidas administrativas internas para elidir o dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos consubstanciados no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como o disposto na Portaria CGU nº 1.531, de 2021, e na Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE

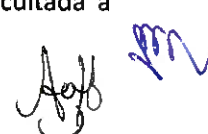
A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula primeira. Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Transferegov.br aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

Subcláusula segunda. A notificação da celebração do instrumento à Assembleia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do CONVENENTE, conforme o caso, será realizada eletronicamente por meio do sistema Transferegov.br, e da mesma forma será a notificação da liberação dos recursos.

Subcláusula terceira. O CONVENENTE obriga-se a:

I - caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até dois dias úteis, no termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;



II - cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver; e

III - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao Transferegov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio do Transferegov.br, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

III - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do Transferegov.br deverão ser supridas através da regular instrução processual, sem prejuízo do posterior registro do ato no mesmo sistema Transferegov.br.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação e mediação administrativa perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 41, inciso III, alínea "b" do Anexo I ao Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023.

Subcláusula única. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília/DF, 18/12/2025.

Pelo CONCEDENTE:



Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial

Pelo CONVENENTE:



ALDO INQ. GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal



Nº / ANO DA PROPOSTA:
049540/2025

OBJETO:
Aquisição de equipamentos agrícolas

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:
A União, via MIDR, fomenta desenvolvimento produtivo e sustentável; o Município amplia a capacidade de atendimento às cadeias agropecuárias locais(soja, milho.). A cooperação viabiliza a compra dos equipamentos, metas de mecanização e monitoramento de resultados no Transferegov, com contrapartida municipal e prestação de contas conforme normas federais. Contém 14.973 hab. e IDH de 0,635.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:
Alinha-se à Ação 00SX/MIDR por priorizar aquisição de equipamentos de apoio à produção e infraestrutura produtiva local, contribuindo para o desenvolvimento sustentável integrado do território e para a competitividade agropecuária municipal.

PÚBLICO ALVO:
Agricultores familiares e médios, associações e cooperativas rurais, prestadores de serviços agropecuários e comunidades rurais de Candói que dependem de apoio mecanizado para preparo do solo, semeadura e manejo de culturas.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:
Déficit e obsolescência do parque de máquinas agrícolas municipal, gerando filas de atendimento, atrasos no calendário agrícola, custos elevados com locação de terceiros e queda de produtividade/competitividade das propriedades rurais.

RESULTADOS ESPERADOS:
Aumento das horas-máquina ofertadas; redução do tempo de espera; operações executadas no período agrônômico ideal; menor gasto com locações; incremento de produtividade e renda rural; ampliação do atendimento a comunidades e associações, com transparência e registro no sistema.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE: 53000	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
CPF DO RESPONSÁVEL: 000.182.211-06	NOME DO RESPONSÁVEL: DANIEL ALEX FORTUNATO		
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: Ministério do Desenvolvimento Regional			CEP DO RESPONSÁVEL: 70067-901

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROponente: 95.684.478/0001-94					
Razão Social do Proponente: MUNICIPIO DE CANDOI					
Endereço Jurídico do Proponente: AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 1761, EDIF PREFEITURA					
Cidade: CANDÓI	UF: PR	Código Município: 5499	CEP: 85140000	E.A.: Administração Pública Municipal	DDD/Telefone: 4236388000
Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA		Agência: 4095-9	Conta Corrente: 296783		
CPF do Responsável: 533.961.209-06	Nome do Responsável: ALDOINO GOLDONI FILHO				
Endereço do Responsável: AVENIDA 27 DE AGOSTO, 2290, CX POSTAL 108 - PIONEIRO				CEP do Responsável: 85140000	

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R\$ 478.050,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R\$ 550,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2025	R\$ 477.500,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R\$ 550,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R\$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R\$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	18/12/2025	
FIM DE VIGÊNCIA:	18/09/2028	
VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO:	2028	

6 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: Aquisição de equipamentos agrícolas			
Unidade de Medida: UN		Quantidade: 1.0	Valor: R\$ 478.050,00
Início Previsto: 18/12/2025		Término Previsto: 18/09/2028	Valor Global: R\$ 478.050,00
UF:	Município:		CEP:
Endereço:			
Etapas/Fase nº: 1			
Especificação: Plantadeira com 7 linhas, Capacidade do reservatório de sementes no mínimo 45 litros , sulcador para adubo com desarme e rearme automático, Dosador de sementes com disco alveolado, Capacidade do reservatório de adubo no mínimo 1000 litros.			
Quantidade: 1.0 UN		Valor: R\$ 218.050,00	Início Previsto: 18/12/2025
Término Previsto: 18/09/2028			
Etapas/Fase nº: 2			
Especificação: Trator agrícola de rodas, de potência mínima de 75CV, com tração 4 x 4, 2 retrovisores, equipado com capota e arco de segurança, direção hidrostática.			
Quantidade: 1.0 un		Valor: R\$ 260.000,00	Início Previsto: 18/12/2025
Término Previsto: 18/09/2028			

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro		ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 477.500,00	
DESCRIÇÃO: Aquisição de equipamentos agrícolas		
VALOR DO REPASSE:	R\$ 477.500,00	PARCELA Nº: 1

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MUNICÍPIO DE CANDÓI

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro		ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 550,00	
DESCRIÇÃO: Aquisição de equipamentos agrícolas		
VALOR DO REPASSE:	R\$ 550,00	PARCELA Nº: 1

9 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Trator agrícola de rodas, de potência mínima de 75CV, com tração 4 x 4, 2 retrovisores, equipado com capota e arco de segurança, direção hidrostática.				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Candói				
CEP: 85140-000	UF: PR	MUNICÍPIO: 5499 - CANDÓI		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 260.000,00	V.TOTAL: R\$ 260.000,00
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Plantadeira com 7 linhas, Capacidade do reservatório de sementes no mínimo 45 litros , sulcador para adubo com desarme e rearme automático, Dosador de sementes com disco alveolado, Capacidade do reservatório de adubo no mínimo 1000 litros.				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Candói				
CEP: 85140-000	UF: PR	MUNICÍPIO: 5499 - CANDÓI		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 218.050,00	V.TOTAL: R\$ 218.050,00
OBSERVAÇÃO:				

10 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
449052	R\$ 478.050,00	R\$ 478.050,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL:		R\$ 478.050,00		

11 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

12 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

13 - ANEXOS

Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:
DECLARAÇÃO_DE_CAP._TÉC[2ASS.pdf

Comprovação da Contrapartida

Nome do Arquivo:
DECLARAÇÃO_DE_CONTRAPARTIDA_convênio_049540-2025[1]ASS.pdf

Documentos Digitalizados do Instrumento

Nome do Arquivo:
Termo de Convênio - 984143.pdf